

**PROCESSO** - A.I. Nº 206894.0060/01-9  
**RECORRENTE** - TRANSPORTADORA JOLIVAN LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO DE IMPUGNAÇÃO AO ARQUIVAMENTO DE DEFESA  
**ORIGEM** - IFMT - DAT/METRO  
**INTERNET** - 19.12.02

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0461-11/02

**EMENTA:** ICMS. INTEMPESTIVIDADE. DEFESA FISCAL. Recurso interposto contra despacho da autoridade que determinou o arquivamento da Defesa Impugnativa em auto de lançamento de imposto, por ter sido apresentada fora do prazo legal. Confirmada a intempestividade. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide exige o pagamento de ICMS no valor de R\$3.055,43, mais multa de 100%, pela falta de comprovação da saída de mercadoria do território baiano, quando houver transitado acompanhada de passe fiscal de mercadorias, autorizando a presunção de que tenha ocorrido sua entrega neste Estado.

O autuado deu ciência no Auto de Infração, no Demonstrativo de Débito e no Termo de Depósito em 13.03.02, somente apresentado defesa impugnativa em 17.06.2002 (fls. 10 a 14), conforme documento do SIPLO de nº 116403/2002-4, apenso a fl. 5 dos autos.

Intimada em 02.09.2002, a tomar ciência da intempestividade da sua defesa impugnativa (fls. 28 e 29), a empresa retornou ao processo em 19.09.02, apresentando Recurso de Impugnação ao Arquivamento da sua Defesa Impugnativa (fls. 37 a 39), no Recurso contesta unicamente o mérito da ação fiscal.

A PROFAZ forneceu Parecer de nº 283/02 (fl. 44), dizendo que a empresa não elidiu a intempestividade da defesa, quando não ofereceu nenhuma prova que viesse justificar a entrega da sua defesa fora de prazo. Por isso, o opinativo do órgão é pela improcedência da impugnação, ressalvado o exercício do controle da legalidade pela Procuradoria da Fazenda Estadual, em consonância com os termos do art. 111, do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal.

## VOTO

Diante da leitura dos documentos que compõem o presente Processo Administrativo Fiscal, constatei que a autuada foi intimada para, querendo, no prazo de lei, apresentar defesa. Verifiquei, entretanto, que a empresa apresentou a sua defesa impugnativa fora do prazo previsto no RPAF aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, o que ensejou o arquivamento da sua defesa inicial.

Inconformado retornou aos autos, apresentando a fls. 37 a 39, Recurso de Impugnação ao Arquivamento da Defesa Impugnativa. Porém, somente trouxe na sua peça recursal argumento quanto ao mérito da ação fiscal, esquecendo-se de apresentar prova, fatos ou mesmo alguma

alegação que viesse justificar a intempestividade.

Assim, concedo o meu voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Impugnação ao Arquivamento da Defesa Inicial, mantendo a intempestividade. Contudo, ressalvo o direito do contribuinte ao controle da legalidade junto a Procuradoria de Fazenda Estadual.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa apresentado no Auto de Infração nº **206894.0060/01-9**, lavrado contra **TRANSPORTADORA JOLIVAN LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$3.055,43**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “j”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de dezembro de 2002

ANTÔNIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

NELSON TEIXEIRA BRANDÃO - RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ - REPR.DA PROF AZ